

EDITAL Nº27/2024 - DEFESA PÚBLICA DE DOUTORADO – PPGD

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUCPR, torna pública a defesa de tese do doutorando **Rafael Junior Soares** a ser realizada de forma on-line, no dia **26 de março de 2024, às 14h30min.**

Local: Aplicativo Teams

https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NT13Mml2NjQtNzY4OC00ZGNhLWFIZmMtYTI3MzZmN2ZhNjcw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2238d16c06-a932-4117-b9eb-51308d28f954%22%2c%22Oid%22%3a%2288c7caa5-2950-46ea-afce-911b43c0be30%22%7d

TÍTULO: OS LIMITES PUNITIVOS DA AUTOLAVAGEM DE DINHEIRO NO BRASIL

RESUMO: A lavagem de dinheiro sofreu um forte processo de expansão nas últimas décadas, por força de pressões internacionais decorrentes de tratados e comandos normativos oriundos de organismos internacionais. Esse processo de ampliação resultou na modificação desenfreada dos ordenamentos jurídicos nacionais, a fim de corresponder às exigências de ampliação dos sistemas antilavagem de dinheiro. Diante disso, o presente trabalho examina a conexão existente entre os compromissos internacionais e os princípios básicos do direito penal, pois aparentemente não há preocupação entre essa fricção da política-criminal expansiva e a dogmática que orienta o sistema penal. Centra-se a análise na autolavagem de dinheiro no Brasil, caracterizada pela punição do autor da infração penal antecedente também pela lavagem de ativos, em razão dos problemas de proporcionalidade e violação ao bis in idem causados, em especial pelo aumento das formas de ocultação e/ou dissimulação que transformam a lavagem de ativos numa figura penal bastante ampla. Portanto, a aplicação da autolavagem no cenário nacional, caso seja admitida, deve passar por um filtro quanto aos limites da sua punibilidade no âmbito do conflito aparente de normas, a fim de que a sua incidência fique restrita a determinadas situações, de acordo com a finalidade da lei de lavagem dinheiro.

Palavras-chave: Direito penal econômico; Sistema antilavagem de dinheiro. Autolavagem de dinheiro. Concurso aparente de normas.

ABSTRACT: Money laundering has undergone a strong expansion process in recent decades, due to international pressure resulting from treaties and normative commands from international organizations. This expansion process resulted in the unrestrained modification of national legal systems, in order to meet the requirements for expanding



anti-money laundering systems. In view of this, the present work examines the connection between international commitments and the basic principles of criminal law, as there is apparently no concern between this friction of expansive criminal policy and the dogmatics that guide the penal system. The analysis focuses on self-laundering of money in Brazil, characterized by the punishment of the perpetrator of the previous criminal offense also for laundering assets, due to the problems of proportionality and violation of bis in idem caused, in particular by the increase in forms of concealment and /or dissimulation that transform asset laundering into a very broad criminal figure. Therefore, the application of self-laundering in the national scenario, if admitted, must pass through a filter regarding the limits of its punishability within the scope of the apparent conflict of norms, so that its incidence is restricted to certain situations, in accordance with the purpose of the money laundering law.

Keywords: Economic criminal law; Anti-money laundering system. Self-money laundering. Apparent competition in standards.

A Banca será composta por:

Presidente: Prof. Dr. Rodrigo Sánchez Rios (Orientador - PUCPR)

Prof. Dr. Walter Barbosa Bittar - (PUCPR)

Prof. Dr. Eliezer Gomes Da Silva - (UEPG)

Prof. Dr. Adriano Teixeira Guimarães - (FGV)

Prof. Dr. André Luis Callegari - (IDP)

Prof. Dr. Guilherme Brenner Lucchesi - (UFPR)

Prof. Dr. Walter Nunes Da Silva Júnior - (UFRN)

Prof. Dr. Luís Alexandre Carta Winter - (PUCPR) - Suplente

Curitiba, 21 de março de 2024.

Profa. Dra. Danielle Anne Pamplona

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito PUCPR